

5

Processos de formação de Estados e construção de nações

(1970)

Um dos aspectos mais estranhos do desenvolvimento da sociologia, em seu primeiro século e meio como disciplina relativamente autônoma, é a substituição de uma perspectiva de longa duração por uma visão de curto prazo, uma espécie de redução da preocupação dos sociólogos às sociedades contemporâneas — sobretudo às suas próprias —, ao aqui e agora, e a perda do interesse em estudar como e por que, ao longo dos séculos, as sociedades tornaram-se o que são. Esse estreitamento do foco encontrou sua expressão mais contundente na mudança das teorias sociológicas dominantes.

Durante a maior parte do século XIX, as teorias sociológicas mais representativas centravam-se no desenvolvimento a longo prazo da sociedade, ao passo que, na segunda metade do século XX — exceto em alguns poucos casos, incluindo o meu —, abandonou-se completamente a noção de desenvolvimento social. Por algum tempo, esse conceito desapareceu inclusive dos livros-texto de sociologia. Em contrapartida, a idéia de “sistema” tornou-se central e se fez acompanhar de instrumentos conceituais adjacentes, tais como “estrutura” e “função”, elaborados de maneira a servirem como ferramentas limitadas ao estudo de uma sociedade num dado estado, num certo momento. Tratavam-se, assim, as mudanças como ocorrências não-estruturadas ou, em outras palavras, históricas.

O descaso com as dinâmicas de longa duração em benefício do exame das estáticas de curto prazo decorre de vários fatores, que não precisam ser debatidos aqui, pelo menos não explicitamente

(já os discuti em outra ocasião¹). Mas o fato de o programa do VII Congresso Mundial de Sociologia incluir uma mesa-redonda sobre “Grandes Teorias do Desenvolvimento” talvez possa ser considerado sinal de uma mudança em andamento. Há vários indícios de que a questão do desenvolvimento das sociedades no longo prazo — às vezes erradamente chamado de evolução, designação imprópria, uma vez que esse percurso se apresenta como uma série *sui generis*, sem relação alguma com a seqüência biológica evolutiva — está voltando a entrar em foco.

Não obstante, a reestruturação da imaginação sociológica — necessária para alterar, uma vez mais, num novo nível da espiral, o equilíbrio entre as abordagens estáticas e dinâmicas em favor das últimas — é uma tarefa formidável. Dispomos agora de muito mais dados sobre o desenvolvimento das sociedades no longo prazo. Construir modelos teóricos integradores, que dêem conta de todos esses elementos, não é nada fácil. Ademais, se forem usados por uma teoria sociológica do desenvolvimento, vários conceitos atuais, como os de “estrutura” e “função”, terão de se distanciar completamente do significado que lhes atribuem hoje os estrutural-funcionalistas e outras escolas da sociologia estática.

No domínio empírico, os estudos sobre o desenvolvimento têm se multiplicado há algum tempo, pelo menos em relação às sociedades mais pobres. Entretanto, o interesse nessas pesquisas dificilmente encontra resposta no campo teórico. Logo se vê por quê. Expressões como “países subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”, aplicadas em tais casos, apontam para uma peculiaridade da perspectiva dos representantes da parcela mais rica e mais desenvolvida do mundo, que habitualmente as utilizam. Seu uso implica que as sociedades mais industrializadas não estão no curso de um processo: o patamar no qual se encontram é percebido como uma etapa sem futuro, um estágio final.

A restrição desses termos às nações mais pobres sugere que certos setores representativos dos países mais ricos estão satisfeitos consigo mesmos. Afinal, percebem o movimento do desenvolvimento apenas nos outros. Exceto num sentido muito limitado, não atribuem valor algum ao desenvolvimento subsequente das suas próprias sociedades; logo, o interesse no processo que as trouxe à situação presente também diminui. Conseqüentemente, embora se reconheça no desenvolvimento a espinha dorsal, estruturada, da história dos países mais pobres, as nações altamente industrializadas parecem ter apenas uma história, mas não um desenvolvimento, sobretudo um que ainda esteja em curso. Assim, a “história” parece ser uma preocupação tão-somente marginal do sociólogo.

Entre os vários motivos para a substituição das teorias centradas no desenvolvimento de longa duração pelas teorias estáticas de curto prazo po-

demos apontar, sem hesitar, o seguinte: as condições atuais das sociedades “avançadas” são tratadas nos modelos sociológicos quase como se fossem um estágio final imutável. As perspectivas de curto prazo de grande parte das formulações sociológicas mais prestigiadas do nosso tempo encontram expressão na abstração de certos aspectos daquelas sociedades, cuidadosamente escolhidos, tomados como leis e apresentados como se pudessem ser aplicados a grupamentos humanos de todas as épocas e regiões. As teorias erguidas em torno de conceitos tais como “sistema social” são ilustrativas: reduzem os processos de mudanças estruturadas e direcionais de longa duração — aos quais se aplica o conceito de desenvolvimento e dos quais são exemplos a industrialização, a burocratização, a cientifização, a urbanização ou mesmo os processos de construção de Estados e nações [*State and Nation building processes*] — a um estado imutável, uma condição permanente. Nesse contexto, as mudanças são percebidas, no máximo, como um fluxo não-estruturado, como “história”.

Algumas observações preliminares, creio, podem ajudar a preparar o terreno para o debate. Porque, para contribuir com uma mesa-redonda sobre “Grandes Teorias do Desenvolvimento”, deve-se decidir o que se pretende discutir: ¹teorias históricas como as de Toynbee ou Spengler, ou ²teorias sociológicas do desenvolvimento de longa duração. Como dificilmente podemos pressupor que se compreenda bem a diferença entre o tratamento das mudanças sofridas pelas sociedades como história e a abordagem dessas mesmas transformações como uma questão de desenvolvimento, julguei útil deixar claro que me ocupo da segunda perspectiva. Para auxiliar a discussão subsequente, pretendo enumerar, em conformidade com a minha teoria dos processos de formação de Estados, alguns dos problemas encontrados quando se estuda a construção de nações, a etapa mais recente de uma longa série de estágios sucessivos que compõem a edificação e a consolidação das unidades estatais, pelo menos no desenvolvimento das sociedades européias.

Por si só, este tema relaciona-se à mudança de perspectiva exigida por ocasião da passagem de um modelo sociológico estático para um paradigma dinâmico — pois, efetuando-se a transição, ganha-se acesso a questões antes negligenciadas. À exceção de Reinhard Bendix, poucos sociólogos dedicaram-se a estudar a construção de nações e nenhum, tanto quanto eu saiba, os processos de formação de Estados no longo prazo, e sua relevância para a sociologia, tanto no domínio empírico quanto no teórico. As evidências desse tipo de processo estão à nossa volta. Contudo, para capturá-las numa rede conceitual é necessário um paradigma teórico que não abstraia o curso do tempo e não reduza a massas estáticas aquilo que se observa como movimento contínuo.

Entre os responsáveis pelas teorias sociológicas contemporâneas, muitos parecem pressupor que uma certa abstração espelhada na física clássica — com enunciados gerais sob a forma de leis, que excluem do resultado tudo quanto ocorra na seqüência do tempo — é o emblema do verdadeiro empreendimento científico. Talvez não tenham percebido, por exemplo, que os conceitos característicos das teorias biológicas são muito diferentes dessas generalizações. Alguns deles incluem figurações espaciais e seqüências temporais de longa duração. Certamente, à sua própria maneira, a sociologia terá de se mover numa direção similar. A dificuldade reside no fato de que o tipo de formulação concebido nesse caso não corresponde à imagem ideal de teoria aparentemente adotada pelos sociólogos mais proeminentes do nosso tempo e perpetuada como uma espécie de sobrevivência filosófica da época da física clássica.

Tomemos como exemplo uma das formulações estáticas mais conhecidas da atualidade, a que procura lidar com os problemas da sociedade apresentando-a como um “sistema social”. Fico feliz em saber que o grande expoente das teorias contemporâneas do sistema social, Talcott Parsons, encontra-se entre nós. Não obstante, devo deixar claro: sou contrário ao sistema intelectual que ele erigiu e uma mesa-redonda no Congresso Mundial de Sociologia parece-me o lugar certo para sustentar alguns dos argumentos nos quais se fundamenta minha posição — apenas alguns, visto que meu tempo é limitado e eu gostaria de combinar as observações críticas com pelo menos uma ou duas indicações a respeito dos aspectos positivos de uma teoria sociológica do desenvolvimento, que por si sós podem justificar a crítica. De resto, minha atitude em relação ao sistema intelectual de Parsons não é cega ao respeito que tenho por ele. Podemos discordar das suas proposições, mas não podemos duvidar da sua sinceridade e da sua integridade intelectual. Nem da extensão do seu poder de síntese, um dom imprescindível para qualquer criador de teorias que se pretenda notável. Entretanto, não consigo me convencer de que esse dom foi usado para o propósito certo.

Mesmo para fins analíticos, a suposição de que as “ações” formam uma espécie de átomo das sociedades humanas parece-me uma daquelas generalizações formais estéreis, distanciadas demais das tarefas da pesquisa para serem confirmadas ou refutadas por meio de referências a dados observáveis. Por que pôr as “ações” no centro de uma teoria da sociedade, e não as pessoas que agem? As sociedades são redes de seres humanos, não um emaranhado de ações incorpóreas. E não é fácil perceber como o atomismo de tal teoria da ação pode correr emparelhado com um enunciado evidentemente não-atomista, segundo o qual tudo na sociedade é uma parte dependente de um todo altamente integrado e que normalmente funciona bem.

Parsons.

E mesmo este modelo de sociedade como um “sistema social”, uma máquina habitualmente bem azeitada, cujas partes estão, todas, harmoniosamente acopladas umas às outras, encontra-se demasiado afastado da aspe-
reza da vida social dos homens, como se pode efetivamente observar.

Certamente, é mais difícil aplicar esse modelo às grandes sociedades do passado, mesmo às que fossem mais integradas, se considerarmos suas regiões, seus estratos sociais e inclusive seus imigrantes, do que à maioria dos Estados-nação europeus do nosso tempo. A formulação de Parsons, conforme a qual a sociedade é um sistema altamente integrado, parece reivindicar o status de teoria sociológica geral, aplicável a todas as unidades sociais humanas. Entretanto, é impossível deixarmos de nos perguntar se não se trata, na verdade, de uma generalização superampliada e idealizada, abstraída a partir dos Estados-nação modernos e projetada sobre o mundo inteiro. Pode realmente o modelo parsoniano de “sistema social”, com sua suposta unidade de valores e cultura, aplicar-se aos Estados escravocratas da Antiguidade, nos quais as distâncias sociais, as desigualdades entre os estratos e as diferenças culturais eram geralmente muito maiores, e a integração regional freqüentemente muito menor, do que em nossos Estados-nação industriais contemporâneos? Porventura corresponde, por exemplo, ao Império Romano ou ao Assírio? Ou aos Estados Confederados dos séculos XVIII e XIX, com sua imensa população de escravos? Ou à Rússia dos czares, com sua hierarquia de proprietários de terras e burocratas privilegiados e sua massa de servos camponeses?

Caso se examine por alto a literatura sociológica do nosso tempo, pode parecer que os Estados-nação, como um tipo específico de formação social, não encontram lugar no campo de investigação dos sociólogos. Leva algum tempo até se descobrir que os Estados-nação fazem a sua aparição na sociologia contemporânea sob um disfarce particular. As referências a eles são mascaradas por um tipo específico de abstração, escondem-se atrás de conceitos como “totalidade social”, “sociedade total” e, sobretudo, “sistema social”. Embora esses termos possam ser aplicados a outras formações fortemente integradas, tais como as tribos, muito do que se diz da sociedade como “totalidade” ou como “sistema social”, em teorias como a de Parsons, é selecionado, abstraído e destilado a partir das sociedades mais altamente integradas do nosso tempo: os Estados-nação.

Como o problema dos Estados-nação constitui o principal tópico da minha contribuição para este debate, julguei que seria útil indicar a relação entre essa questão e a mais proeminente das teorias contemporâneas do sistema social — formulações de caráter puramente descritivo e geralmente dotadas de forte conotação teleológica. No modelo de Parsons, a manuten-

ção de um sistema social unificado, equilibrado e em bom funcionamento freqüentemente dá a impressão de ser o objetivo para o qual todos os eventos parciais se dirigem. Um exemplo — entre vários — é a descrição do poder como “a disposição para o desempenho de uma função em nome da sociedade, tomada como um sistema, e em benefício dela”. Frases assim mostram claramente como a abstração está a serviço de um ideal específico. Tal como em outras tantas circunstâncias, tipos ideais como esse, generalizações descritivas que fazem as vezes de leis, servem — nesse caso, sem dúvida, não intencionalmente — de disfarces para valores subjetivos. A teleologia substitui a explicação. Se transformarmos o conceito de “sistema” em algo menos volátil, se perguntarmos como e por que processos de integração no longo prazo, dos quais a formação de Estados e a construção de nações são exemplos, de fato ocorreram e ocorrem, prepararemos o caminho para um modelo sociológico explicativo, dirigiremos a atenção para as questões em torno da razão pela qual, ao longo do tempo, “sistemas” relativamente grandes tornaram-se, e estão se tornando, mais altamente integrados, de modo que as suas partes sejam funcionalmente mais interdependentes.

Esse tipo de questão, contudo, só aparece, ganha peso e se torna relevante quando temos à disposição um conhecimento de longo prazo suficientemente amplo e intenso, para podermos olhar através dos séculos passados e perceber a continuidade do desenvolvimento das sociedades — desenvolvimento que, por meio de um grande número de surtos de aproximação e afastamento, levou-as, digamos, da multidão de Estados dinásticos relativamente pequenos e pouco integrados dos séculos XI e XII a unidades sociais maiores, mais populosas e mais coesas, ainda na forma de Estados dinásticos, e, depois, às grandes formações mais altamente integradas e interdependentes que conhecemos, os Estados-nação industriais. Se não identificarmos esse processo de longa duração, não poderemos nos dar conta do problema. Como explicar que o desenvolvimento, nesse caso, tenha se estendido por séculos, com todas as suas fissões e fusões, todos os arroubos de desintegração e integração, em direção à formação de sociedades maiores e com elementos mais interconectados? Como compreender o fato de que, ao longo de todo esse tempo, tal mudança seguiu uma direção específica, embora não tenha sido planejada? Afinal, quem estava lá para traçá-la e para executar o projeto? Já dei respostas parciais a esse problema em outra ocasião.² Deve ser suficiente aqui, como contribuição para a nossa reflexão em torno de teorias sociológicas do desenvolvimento de longa duração, concentrarmo-nos em alguns aspectos da construção de nações, a fase mais recente desse processo.

Recusando-se a incluir os processos de integração e desintegração de longo prazo entre os tópicos teóricos e empíricos da pesquisa sociológica, os sociólogos levaram a disciplina a um dilema: cimentou-se a sua divisão em

duas escolas diametralmente opostas, uma das quais põe a colaboração, a integração funcional e a interdependência no centro de seu modelo de sociedade e a outra, a tensão, a fissão e o conflito. Quaisquer que sejam os motivos ideológicos para a oposição entre essas duas vertentes, uma pesquisa sobre os processos de formação de Estados e construção de nações no longo prazo pode mostrar que cada surto de integração de grupos humanos antes independentes, ou menos dependentes, ou menos reciprocamente dependentes, conjuga-se a uma série de tensões e conflitos específicos, lutas de equilíbrio de poder que não são acidentais, mas estruturalmente concomitantes com o movimento em direção à maior interdependência das “partes” de um “todo”. Afinal, se dois grupos passam a depender mais um do outro, cada um deles tem razões para temer ser dominado, ou mesmo aniquilado, pela sua contraparte. A disputa pode resultar, depois de muitos testes de força, numa fusão. Ou pode levar ao completo desaparecimento de um deles, na nova unidade derivada do embate. E há outras tantas possibilidades. A complexidade desses cenários não precisa ser nosso objeto aqui. É suficiente salientar que o movimento no sentido de uma interdependência funcional maior entre grupos humanos engendra tensões estruturais, conflitos e disputas, que podem ou não permanecer insolúveis.

A construção de nações deixa isso claro. Dois tipos principais de integração destacam-se em seu curso, cada um com seus conflitos específicos: os processos de interconexão territorial ou regional e os de aumento da interdependência entre os estratos sociais. Embora possamos distingui-los, eles estão estruturalmente relacionados. Para discutir alguns dos seus aspectos, portanto, freqüentemente nos vemos obrigados a transitar entre os dois casos. Um dos primeiros — e dos poucos — a perguntar diretamente, sem rodeios, “o que é uma nação” foi o grande erudito francês Ernest Renan. Algumas observações e reflexões contidas em sua conferência “Qu’est-ce qu’une Nation?”³ são significativas para a nossa discussão.

Renan mencionou de maneira clara um fato freqüentemente ocultado ou esquecido: que as nações são algo novo.⁴ As ideologias nacionais geralmente as representam como formações muito antigas, quase eternas e imortais. Mas, de fato, as sociedades européias assumiram o caráter de Estados-nação, de modo geral, a partir da segunda metade do século XVIII. Renan salientou que nenhuma das grandes potências da Antiguidade tinha características de nação. Não havia, por exemplo, cidadãos chineses. Seria possível argumentar também que mesmo muito mais tarde as pessoas eram tratadas, e em geral se percebiam, como súditos de príncipes, não como cidadãos de uma nação. O próprio termo “cidadão” teve, por um bom tempo, um sentido opo- sitor, se não abertamente revolucionário. Em outras palavras: os Estados fize- ram-se “nacionais” em conexão com mudanças específicas na distribuição de

poder entre governantes e governados, e entre os estratos sociais de suas sociedades — o que afetou a natureza da própria estratificação.

Geralmente, a alteração na estratificação é concebida como uma passagem da divisão entre clero, nobreza e povo, cada qual com prerrogativas e limitações legalmente estabelecidas, para uma figuração baseada em classes cujos membros são iguais perante a lei e desiguais apenas social e economicamente. Essa transição, tal qual o processo geral de construção de nações, foi muito mais gradual do que se considera habitualmente. Os grupos privilegiados de nobres proprietários de terras, apoiados em um domínio fortemente monopolista das posições de comando das forças militares, da diplomacia, dos serviços públicos e dos negócios estrangeiros, continuaram a se distinguir, na maioria dos países europeus, como um estrato social poderoso e *sui generis*, como a classe alta até a Primeira Guerra Mundial, apesar do poder crescente de frações das classes médias. A equação de poder mudou lentamente no século XIX, mas a aristocracia européia e os segmentos a ela associados, internamente vinculados e diferenciados do restante da sociedade por uma tradição específica, uma cultura própria, preservaram até 1918 — e em alguns países, sobretudo na Inglaterra, mesmo depois — não apenas seu status, mas também um acesso especial a posições elevadas, o que lhes assegurou pelo menos uma parcela de seu antigo excedente de poder.

É útil ter em mente o relevante papel que certos setores representativos das classes altas tradicionais continuaram a desempenhar nos assuntos das sociedades européias pelo menos até a Primeira Guerra Mundial, se quisermos entender a transformação gradativa dos Estados dinásticos em Estados-nação. Sob a influência de Marx, e talvez distorça ligeiramente seu modelo de desenvolvimento das sociedades européias, muitos adotam hoje uma imagem demasiado simplificada da mudança na estratificação social na Europa, alteração sumamente importante no processo que levou à fundação dos Estados-nação. De acordo com essa imagem, a Revolução Francesa representa um corte absoluto entre uma ordem cuja “classe governante” era formada pelo que Marx chamou de “classe feudal” de príncipes, aristocratas ligados à terra e segmentos a eles relacionados,* e um arranjo social em que a burguesia rompeu com o poder daqueles segmentos e tomou seu lugar

* Marx não faz distinção clara entre os primeiros nobres medievais, com pouca ou nenhuma renda em forma de dinheiro, e o tipo de nobreza dominante no século XVIII, a aristocracia de corte, que vivia amplamente apoiada em sua renda financeira. Chamar todos de “feudais” é um grande equívoco. Já tratei de algumas diferenças entre os dois casos e de alguns dos motivos para a transformação da nobreza feudal numa aristocracia centrada na corte, em *Die Höfische Gesellschaft. Soziologische Texte*, Neuwied e Berlim, 1969 (ed. bras.: *A sociedade de corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001).

como grupo governante. Na verdade, casas reais e aristocracias agrárias de um ou outro tipo continuaram a desempenhar um papel decisivo, como focos específicos de poder, na maioria das sociedades europeias depois da Revolução Francesa.

Durante a maior parte do século XIX, o conflito entre trabalhadores e capitalistas não correspondia ao principal eixo de tensão social na Europa. Havia, em vez disso, uma disputa permanente entre três vértices: a aristocracia rural associada às elites da corte, a classe média industrial ascendente e, atrás dela, a emergente classe operária. A expressão “classe média”, como um termo classificatório para os estratos empresariais — aplicação dificilmente adequada à situação atual —, refere-se à sua posição naquela disputa triangular. Como, no início do período oitocentista e, em alguns casos, mesmo depois, os operários ainda estavam pouco organizados, além de serem pouco alfabetizados e muito pobres, a luta das classes empresariais urbanas por uma participação maior nos assuntos do Estado e contra o domínio das classes altas tradicionais foi, por um tempo, mais aguda do que o conflito com os trabalhadores, ainda basicamente latente e, mesmo quando sob forma de um confronto aberto, largamente esporádico, difuso, intermitente e, antes da segunda metade do século, raramente levado além do nível local.

O poder lentamente reunido pelas classes operárias organizadas contribuiu para a aproximação entre os interesses agrários e os industriais. A redução das tensões entre esses dois pólos, resultando freqüentemente em alianças na luta contra os representantes dos trabalhadores, tomou formas distintas nas diferentes sociedades. Contudo, foi geralmente o prelúdio da ascensão de expoentes das tradições das classes médias industriais urbanas às posições de comando do Estado e, por outro lado, o recuo gradual dos membros das velhas classes altas que preservaram apenas o mínimo de sua cultura e de seus ideais. A trajetória de gente como Gladstone, Thiers ou Stresemann foi sintomática do avanço de setores das antigas camadas intermediárias em direção à posição de grupo central na organização estatal. As classes médias, poderíamos dizer, integraram-se ao Estado ou, conforme Parsons, foram “incluídas”. Mas essa conceituação não é perfeitamente adequada: dá a impressão de que um novo estrato foi inserido em um “sistema social” que, como tal, permaneceu inalterado.*

* Parsons afirma claramente que um “sistema” pode ser dividido em classes superiores e inferiores. Pode-se constatar que “sistema” é um sinônimo sofisticado para países como a França, a Inglaterra ou os Estados Unidos. Ele menciona explicitamente casos nos quais um estrato mais alto monopoliza o status de integrante autêntico de uma determinada formação, tratando

Na verdade, a ascensão de representantes das classes empresariais a uma posição de maior poder na sociedade foi indício da transformação do próprio “sistema”. Marcou o ponto de inflexão a partir do qual os vestígios da ordem dinástico-aristocrática esvaíram-se lentamente e, ao mesmo tempo, inaugurou a primeira etapa do Estado-nação — primeira, porque o estrato mais amplo da nação ainda era largamente excluído e composto de *outsiders*.⁵ Ao falar de “duas nações”, Disraeli encontrou uma expressão reveladora para descrever a situação. Talvez sejam típicas das figurações com tensões entre três vértices encontradas na segunda metade do século XIX as tentativas feitas na Alemanha e na Inglaterra por líderes dos grupos conservadores comprometidos com os interesses agrários, como Bismarck e Disraeli, de melhorar as condições das classes trabalhadoras — em parte, na esperança de conquistá-las como aliadas na disputa com partidos mais ligados aos grupos urbanos fabris e liberais, mas também para conter o crescimento dos partidos operários.

Pode-se dizer, então, que a industrialização e a construção de nações são duas faces da mesma transformação. Mas não se pode indicar claramente esta conexão, a menos que se relacionem ambos os processos a uma mudança mais geral na distribuição das oportunidades de poder na sociedade. Há uma maneira simples de demonstrar essa mudança, embora fosse necessária uma elaboração muito maior para tornar a demonstração convincente. Os Estados dinásticos são característicos de um estágio do desenvolvimento das sociedades no qual os recursos de poder são muito irregularmente distribuídos entre as elites governantes e a massa da população. Em muitos casos, 90% ou mais

os membros de um estrato mais baixo como cidadãos de segunda classe. Mas evidentemente minimiza-se a aspereza das batalhas e dos conflitos que fazem parte da ascensão dos cidadãos “de segunda classe”, dos quais a luta entre as classes médias ascendentes e as classes altas aristocráticas é um bom exemplo. É assim que Parsons formula sua preocupação (*in Societies: Evolutionary and Comparative Perspectives*, Prentice-Hall, 1966, p.22): “Por essas razões, processos de diferenciação e ascensão podem requerer a inclusão, como membros plenos da comunidade geral relevante, de grupos antes excluídos, que tenham desenvolvido capacidades legítimas de ‘contribuir’ para o funcionamento do sistema.” Mais uma vez, a perspectiva teleológica de Parsons se impõe. O “funcionamento do sistema” é o fim. Se grupos antes excluídos tiverem desenvolvido “capacidades legítimas” que os habilitem a contribuir para aquele objetivo, então devem ser incluídos. Como se pode ver, o “sistema” não muda. Os estratos admitidos meramente se encaixam nele. Não se dá explicação alguma sobre as pessoas que julgam se um segmento excluído desenvolveu capacidades “legítimas” para se encaixar no sistema existente. Não sei o que é mais admirável, a sinceridade patente e a boa vontade ou a ingenuidade desconcertante e a incompreensão encontradas nesse raciocínio.

da população de um país não tem meios institucionais nem canais de comunicação que lhes permita influenciar as decisões de grupos com acesso às posições de comando do Estado — decisões que afetam suas vidas. Mesmo o acesso às assembleias, com muito poucas exceções, é aberto apenas a pequenos grupos de elite. Não raro, os príncipes podem governar por longos períodos sem permitir que as câmaras se reúnam. Nada é mais típico da mudança na distribuição de poder associada à transformação dos Estados dinásticos em Estados-nação do que a emergência de partidos de massa como instituições regulares.

O descontentamento generalizado com os partidos que não garantem uma participação genuína dos grupos nominalmente por eles representados obscurece o problema sociológico básico que encontramos em face da grande regularidade com a qual essas agremiações são formadas, como instituições perenes, em todas as sociedades mais avançadas do nosso tempo, e mesmo em muitas das menos avançadas. Normalmente as pessoas deixam de perguntar que desenvolvimentos, que estruturas da sociedade dão conta da emergência, nos séculos XIX e XX, de partidos políticos nacionais e governos chefiados por partidos como instituições regulares. Eficazes ou não, os partidos são sintomáticos de um estágio do desenvolvimento das sociedades no qual a integração da população do Estado se tornou maior e não é mais possível adotar medidas que digam respeito às vidas dos habitantes de um país sem recorrer a canais regulares de comunicação entre os tomadores de decisão e os que são afetados por elas. O equilíbrio de poder entre grupos com acesso a posições que os tornam capazes de adotar resoluções sobre as vidas dos outros e grupos com pouco ou nenhum acesso a essas deliberações não é mais tão pouco freqüente quanto nos estágios anteriores do desenvolvimento social. A reciprocidade da dependência entre governo e governados, embora ainda inconstante e desigual, tornou-se menos errática do que costumava ser. Em diferentes países, o equilíbrio entre os partidos é um indicador bastante preciso do equilíbrio total de poder e de suas flutuações.

A relação entre o partido de massa e as características do Estado-nação é evidente. As sociedades se fazem nações quando a interdependência funcional entre suas regiões e seus estratos sociais, bem como entre seus níveis hierárquicos de autoridade e subordinação, torna-se suficientemente grande e recíproca para que nenhum desses grupos possa desconsiderar completamente o que os outros pensam, sentem ou desejam. O governo chefiado por líderes de partidos e a adoção de ideologias elaboradas para convencer a massa da população de que se pretende a melhoria das suas condições e o avanço do bem-estar da nação são sinais da pronunciada mudança

no equilíbrio de poder entre governantes e governados, da qual falei. Não há dúvida de que mesmo os Estados-nação industriais contemporâneos mais avançados ainda estão nos primeiros estágios desses processos. Não foi possível explicar aqui por que se iniciou essa marcha, e não tentarei prever o futuro nem dizer que direção é preciso tomar ou por qual caminho seguiremos. Mas talvez eu tenha tornado claras algumas das conexões entre eventos que freqüentemente são divididos e classificados sob diferentes rótulos acadêmicos. Partidos políticos e mesmo nações podem não parecer objeto de preocupação dos sociólogos, classes sociais podem não ser tratadas como elementos de interesse para os cientistas políticos, enquanto a industrialização pode ser vista como um domínio dos economistas e os Estados dinásticos, como terreno dos historiadores. Contudo, as conexões estão por toda a parte, para que todos as vejam, desde que tenhamos uma perspectiva de longo prazo e concentremos a atenção nas relações de poder mutantes entre diferentes grupos sociais.

Por ora, tentei simplesmente pôr em perspectiva o problema da construção de nações. Geralmente, por razões sobre as quais precisaríamos discutir mais, as pessoas têm a impressão de que sua nação existe, imutável em essência, há muitos séculos, se não desde sempre. O que hoje se ensina como a história de um país, não importa quantas mudanças se identifiquem ao longo dos séculos, geralmente pode ser acomodado às exigências de uma auto-imagem, segundo a qual a nação se representa como inalterável, através das eras, em suas características básicas. As sociedades contemporâneas que ainda estão nos estágios iniciais da formação de Estados e da construção de nações em muitos casos já começam a criar uma imagem similar de si mesmas — uma imagem do passado com a qual as gerações presentes podem se identificar e que lhes dá um sentimento de orgulho da sua própria identidade nacional, além de poder servir como catalisador em um processo que geralmente inclui a integração de segmentos regionais díspares e de diferentes estratos sociais em torno de certos grupos centrais dominantes.

Há muito a se considerar no estudo objetivo desses processos. Mas, a fim de fazê-lo, devemos ser capazes de perceber a distinção entre as ideologias nacionais que levam uma nação a parecer um sistema social de grande valor, imutável e bem integrado, e o processo de integração e desintegração no longo prazo, no curso do qual se observam disputas entre tendências centrífugas e centrípetas e entre grupos estabelecidos e outsiders, tensões típicas da estrutura desses desenvolvimentos. Devemos poder reconhecer as nações como um tipo específico de integração que requer explicação, e que não pode ser analisado se não identificarmos processos de longo prazo na formação de Estados, e, como uma de suas fases, a construção de nações. Do

mesmo modo, tenhamos em mente que a construção de nações, longe de representar o último e derradeiro surto do processo de formação de Estados, pode dar vez a uma nova integração, em um nível pós-nacional mais elevado, cujo começo podemos ver, por exemplo, na Europa ocidental e na oriental, entre grupos de Estados árabes e com alguns Estados africanos.

Em termos sociológicos, a pesquisa científica sobre esses surtos contemporâneos de integração e desintegração pode lançar luz sobre os movimentos passados, ocorridos nas etapas anteriores do processo de formação de Estados, e vice-versa. A noção de que os problemas sociológicos do nosso tempo e os do passado devem ou podem ser estudados, como vinha sendo feito, em compartimentos separados, por diferentes disciplinas acadêmicas, é altamente errônea. De fato, a investigação de processos sociais de longa duração, e especialmente de processos de integração e desintegração, torna evidente a necessidade de se criar uma rede teórica integrada e unificada para as ciências sociais. As fronteiras atuais entre as disciplinas e suas disputas incessantes por status, somadas aos efeitos dessa competição nas teorias e nas convenções de pesquisa, têm dificultado cada vez mais o avanço em direção a uma maior certeza e a uma maior adequação do conhecimento produzido sobre a sociedade humana. Essas fronteiras e essas batalhas reforçam a tendência em direção às perspectivas de curto prazo, hoje dominantes. Cedo ou tarde, será necessário dar início a um reexame das suas relações tradicionais.